



PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ
CENTRAL DE CONCURSOS E VERIFICAÇÕES – CCV
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA – FCPC
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR
EDITAL Nº 01/BATURITÉ-CCV/UFC

Fiscal de Controle Ambiental

Instruções

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: de 01 a 10 – Língua Portuguesa; de 11 a 20 – Noções de Administração Pública; de 21 a 30 – Aspectos Históricos, Geográficos e Administrativos do Município de Baturité e de 31 a 50 – Conhecimentos Específicos. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades, conforme subitem 13.16 do Edital.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Data: 14 de junho de 2026.

Inscrição

Sala

01 [...] abri quatro modelos de linguagem geradores de conteúdo e perguntei-lhes se um
02 romance escrito por eles seria literatura. De um modo mais ou menos categórico, todos disseram
03 que não. Alguns fizeram uma descrição pungente do que os desqualifica para produzir arte, que é
04 o mesmo que nos impede de os considerar humanos: "Eu não tenho infância, ressentimentos,
05 medo da morte, obsessões, não perdi alguém que amo, não senti o frio na barriga do primeiro
06 beijo, não tive o coração partido".

07 Mas todos iniciaram a resposta dizendo mais ou menos o mesmo: "Essa é uma pergunta
08 extraordinariamente profunda". Este tipo de elogio ao utilizador é constante. Parece-me que o
09 seu sucesso e popularidade dependem disso, e é por isso que as pessoas usam o ChatGPT como a
10 Rainha Má usa o espelho. "Chat, chat meu, existe alguém mais belo do que eu?". E, como ele
11 não conhece ou faz por ignorar a existência da Branca de Neve, a resposta é sempre satisfatória.

12 Uma amiga perguntou ao ChatGPT se devia importar para Portugal determinado produto
13 americano. Ele respondeu: "Sim! Que ideia magnífica e criativa. Parece-me um projeto
14 excelente." Então ela disse: "Não sejas condescendente. Diz o que achas mesmo." E ele
15 respondeu: "É uma má ideia. As características do mercado português são bastante específicas e
16 o que resulta nos Estados Unidos irá provavelmente fracassar em Portugal".

17 Ela ficou convencida com esta última opinião, mas creio que devia ter desconfiado das duas.
18 O ChatGPT limitou-se a lisonjear o que considerou ser a expectativa dela em cada momento,
19 revelando assim o que me parece ser a sua natureza essencial: ele é um puxa-saco automático.

Adaptado de: PEREIRA, Ricardo Araújo. As pessoas usam o ChatGPT como a Rainha Má usa o espelho. *Folha de São Paulo*. 30/05/2026. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardo-araujo-pereira/2026/05/as-pessoas-usam-o-chatgpt-como-a-rainha-ma-usa-o-espelho.shtml. Acesso em 30/05/2026.

01. Na frase "as pessoas usam o ChatGPT como a Rainha Má usa o espelho" (linhas 09-10), o autor:
- A) utiliza-se de conhecida metáfora literária.
 - B) apela para o recurso da intertextualidade.
 - C) provoca ambiguidade com fins estilísticos.
 - D) incorre em incoerência externa ironicamente.
02. No trecho "Alguns fizeram uma descrição pungente..." (linha 03), o termo destacado pode ser substituído, mantendo o mesmo sentido no texto, por:
- A) diligente.
 - B) insolente.
 - C) imponente.
 - D) comovente.
03. É correto afirmar, segundo o texto, que os modelos de linguagem geradores de conteúdo não produzem literatura, porque:
- A) a literatura exige pessoas capazes de amar de verdade.
 - B) a arte só pode ser produzida por quem sofre muito.
 - C) falta-lhes a vivência das experiências humanas.
 - D) sendo máquinas, não usam linguagem figurada.
04. O texto tem como propósito central:
- A) defender a opinião de modelos como o GPT serem lisonjeiros.
 - B) incentivar o emprego de inteligência artificial por pessoas comuns.
 - C) discutir o mau uso de inteligência artificial para produzir literatura.
 - D) enaltecer a franqueza dos modelos de linguagem geradores de conteúdo.

05. Assinale a alternativa cuja palavra apresenta prefixo e sufixo derivacionais em sua formação.
- A) ressentimentos.
 - B) popularidade.
 - C) categórico.
 - D) utilizador.
06. Assinale a alternativa em que, como "puxa-saco" (linha 19), a palavra está escrita conforme as normas oficiais vigentes.
- A) anti-ético.
 - B) re-edição.
 - C) auto-regulação.
 - D) super-realístico.
07. No trecho "As características do mercado português são bastante específicas" (linha 15), o termo destacado se classifica morfologicamente como:
- A) pronome.
 - B) advérbio.
 - C) adjetivo.
 - D) substantivo.
08. Assinale a alternativa que indica corretamente a função sintática do termo destacado em "que nos impede de os considerar humanos" (linha 04).
- A) predicativo.
 - B) objeto direto.
 - C) adjunto adnominal.
 - D) complemento nominal.
09. O período "Ela ficou convencida com esta última opinião, mas creio que devia ter desconfiado das duas" (linha 17) poderia ser reescrito corretamente, sem prejuízo do sentido, como:
- A) Ela se convenceu da última opinião, porquanto deveria ter desconfiado das duas.
 - B) Ela ficou convencida da última opinião, na medida em que desconfiava das duas.
 - C) Creio que ela ficaria convencida com uma das opiniões, contanto que precisaria desconfiar das duas.
 - D) Embora ela tenha ficado convencida com a última opinião, creio que devia ter desconfiado das duas.
10. Assinale a alternativa em que a palavra "mesmo" pertence à mesma classe gramatical da destacada em "Diz o que achas mesmo" (linha 14).
- A) Todos apresentam o mesmo comportamento.
 - B) Os modelos disseram mais ou menos o mesmo.
 - C) As pessoas acreditam mesmo na resposta da IA.
 - D) Mesmo sabendo dos riscos, as pessoas usam o GPT.

11. São brasileiros naturalizados:
- A) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 - B) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - C) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - D) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
12. De acordo com o Art. 14 da Constituição da República Federativa do Brasil, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de:
- A) Dezoito anos para Vereador.
 - B) Vinte e cinco anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
 - C) Trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
 - D) Quarenta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
13. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- A) Do Presidente da República.
 - B) Do Presidente da Câmara dos Deputados.
 - C) De mais da metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - D) De um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
14. De acordo com o Art. 200 da Lei Orgânica do Município de Baturité, o Conselho Municipal de Educação será composto democraticamente na seguinte proporção:
- A) 1/2 indicado pelo Executivo Municipal e 1/2 indicado pelo Legislativo Municipal.
 - B) 1/3 indicado pelo Executivo Municipal, 1/3 indicado pelo Legislativo Municipal e 1/3 indicado proporcionalmente, pelas Entidades ou Organizações representativas dos trabalhadores na educação, dos estudantes e dos pais.
 - C) 1/4 indicado pelo Executivo Municipal, 1/4 indicado pelo Legislativo Municipal e 2/4 indicados proporcionalmente, pelas Entidades ou Organizações representativas dos trabalhadores na educação, dos estudantes e dos pais.
 - D) 1/5 indicado pelo Executivo Municipal, 2/5 indicados pelo Legislativo Municipal e 2/5 indicados proporcionalmente, pelas Entidades ou Organizações representativas dos trabalhadores na educação, dos estudantes e dos pais.
15. Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação), considera-se integridade:
- A) Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
 - B) Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
 - C) Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
 - D) Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

16. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de:
- A) 5 (cinco) dias a contar da sua ciência.
 - B) 10 (dez) dias a contar da sua ciência.
 - C) 20 (vinte) dias a contar da sua ciência.
 - D) 30 (trinta) dias a contar da sua ciência.
17. De acordo com a LGPD, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e diversos princípios, dentre eles, o princípio da necessidade, que consiste em:
- A) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
 - B) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.
 - C) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
 - D) Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
18. Conforme a Lei nº 14.681 (Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação), consiste no conjunto de normas, diretrizes e práticas que integram as condições, a organização, os processos de trabalho, as práticas de gestão e as relações socioprofissionais, com a finalidade de alinhar as necessidades e o bem-estar dos servidores à missão institucional:
- A) Saúde integral.
 - B) Bem-estar no trabalho.
 - C) Qualidade de vida no trabalho.
 - D) Valorização do profissional da educação.
19. O Decreto nº 9.758/2019, que dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal, não se aplica:
- A) Às comunicações entre agentes públicos federais e autoridades estrangeiras ou de organismos internacionais.
 - B) Às comunicações entre empregados, conselheiros, diretores e presidentes de empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - C) Às comunicações entre empregados terceirizados que exercem atividades diretamente para os entes da administração pública federal.
 - D) Às comunicações entre Vice-Presidente e Presidente da República.
20. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), é correto afirmar:
- A) Todo ser humano tem direito à remuneração por trabalho, sendo consideradas as distinções pertinentes.
 - B) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita nos graus elementares, fundamentais, técnicos e superiores.
 - C) Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias não remuneradas periódicas.
 - D) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

21. Baturité originou-se da Vila Real de Montemor-o-Novo d' América, criada em 14 de abril de 1764, em meio ao processo de colonização do Ceará. A decisão de fundação da vila foi tomada, pela Coroa Portuguesa, considerando que:
- A) a criação da vila se inseria no projeto de União Ibérica.
 - B) a presença dos padres jesuítas era necessária para a composição da Câmara Municipal.
 - C) a participação dos inacianos era fundamental para a ampliação do núcleo populacional.
 - D) a localidade concentrava algumas etnias indígenas provenientes de zonas centrais da capitania.
22. O município de Baturité está inserido numa APA (Área de Proteção Ambiental) instituída através do Decreto Estadual 20.956/1990, alterado pelo Decreto 27.290/2003. Entre as medidas incentivadas no contexto da APA, com o objetivo de melhor preservar o ecossistema local, estão o incentivo:
- A) à especulação imobiliária para fins turísticos.
 - B) à criação de RPPNs (Reservas Particulares de Patrimônio Natural).
 - C) à adoção de um único lixão para atender Baturité e municípios vizinhos.
 - D) à ampliação do cultivo da banana em áreas acima de 600 metros acima do nível do mar.
23. A estrada de ferro que passou a interligar a capital Fortaleza à cidade de Baturité levou cerca de 10 anos para ser concluída (1872-1882) e promoveu as seguintes mudanças nas relações de trabalho:
- A) a chegada de imigrantes europeus para compor a força motriz da ferrovia.
 - B) a presença dos indígenas aldeados entre os trabalhadores das linhas de ferro.
 - C) a exploração de trabalhadores livres em situação análoga à escravidão na construção da ferrovia.
 - D) o uso mais intensivo de mão de obra escravizada no desmatamento e na produção de dormentes.
24. O município de Baturité enfrenta desafios ambientais críticos, destacando-se:
- A) a falta de um aterro sanitário.
 - B) a preservação da biodiversidade nativa.
 - C) o investimento no agronegócio sustentável.
 - D) a ausência de ações ecológicas conjuntas com municípios vizinhos.
25. O Sítio Arqueológico Serra do Evaristo, localizado no município de Baturité (CE), é reconhecido e protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e faz parte de um território quilombola que:
- A) preserva vestígios de povos originários.
 - B) está em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares.
 - C) sedia um museu administrado pela Prefeitura Municipal de Baturité.
 - D) possui titulação fundiária expedida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).
26. “No Ceará não é possível falar de uma aristocracia do café como a do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, merece destaque a pequena nobreza dos cafezais baturiteenses, de famílias ricas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente (...) das quais não saíram homens ilustres” (GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1947, p. 371-372).
- Analisando a história das lavouras de café em Baturité, conclui-se que:
- A) A cafeicultura contou com mão de obra livre.
 - B) O cultivo do café data de meados do período colonial.
 - C) O ápice da produção cafeeira aconteceu no século XVIII.
 - D) A produção cafeeira se restringiu ao uso de mão de obra escravizada.

27. O programa de erradicação de cafezais improdutivos, executado em todo o Brasil pelo Instituto Brasileiro do Café, a partir da década de 1960, atraiu cafeicultores do Maciço de Baturité em razão da indenização paga aos que aderissem ao programa. Essa adesão, no município baturiteense, possibilitou:
- A) O fim da produção cafeeira no município.
 - B) A retomada das práticas da cafeicultura tradicional.
 - C) O cultivo do café consorciado com a Mata Atlântica remanescente.
 - D) A manutenção das antigas fazendas de café somente com finalidade turística.
28. Na atualidade, a situação geopolítica de Baturité, no contexto da macrorregião do Maciço, considerando os dados do IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), está assim configurada:
- A) Possui a maior extensão territorial.
 - B) É um dos menores arrecadadores de impostos.
 - C) Trata-se do menor município em termos populacionais.
 - D) Apresenta o maior PIB (Produto Interno Bruto) entre os demais municípios.
29. A Serra de Baturité é um enclave no meio dos sertões cearenses, muito apreciado por sua beleza cênica. Entre os aspectos de sua geografia física estão:
- A) A prevalência de um relevo pouco acidentado.
 - B) A existência de solos que dificultam a infiltração das chuvas.
 - C) A predominância de vegetação com padrões de floresta úmida.
 - D) O predomínio de rios e riachos intermitentes graças a construção de barragens.
30. A conformação física do município de Baturité, atualmente, é resultado:
- A) do desenvolvimento da agropecuária.
 - B) da ampliação dos distritos de Boa Vista e São Sebastião.
 - C) da aquisição de territórios provenientes da então Vila de Acarape.
 - D) de sucessivos desmembramentos territoriais que lhe diminuiram o tamanho original.

31. Durante um atendimento de ocorrência, o Fiscal de Controle Ambiental do município de Baturité deparou-se com atividades de supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP), ao longo de um curso d'água, matéria do capítulo II - das áreas de preservação permanente do Código Florestal (Art. 4 e Art. 7 da Lei nº 12.651/2012). Ao abordar o responsável, este apresentou uma licença ambiental expedida pelo órgão estadual (SEMACE). Contudo, o fiscal municipal constatou flagrante descumprimento das condicionantes da licença, com carreamento de materiais que estava provocando o perecimento de espécimes da fauna aquática local. Considerando a competência para fiscalização (Lei Complementar nº 140/2011), o Estatuto dos Servidores e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), assinale a alternativa que dita a conduta correta e as implicações jurídicas para o fiscal municipal.
- A) O fiscal deverá lavrar o auto de infração, mas o crime de provocar o perecimento de espécimes da fauna aquática pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais sujeita o infrator unicamente à pena de multa administrativa, não possuindo tipificação de pena privativa de liberdade.
 - B) O fiscal deve lavrar o auto de infração e embargar a obra. Contudo, em respeito ao princípio do *in dubio pro reo*, a multa diária não poderá ser aplicada imediatamente, mesmo que o cometimento da infração se prolongue no tempo.
 - C) Por se tratar de empreendimento licenciado pelo Estado, o fiscal municipal deve apenas reportar o fato ao órgão estadual (SEMACE), sendo-lhe vedada a lavratura de auto de infração ambiental, sob pena de usurpação de função pública e nulidade do ato.
 - D) Qualquer pessoa, constatando a infração ambiental, pode dirigir representação às autoridades competentes; não obstante, a autoridade ambiental municipal que presenciar a ocorrência de degradação é obrigada a determinar medidas imediatas para fazê-la cessar e promover a devida apuração, comunicando o fato à SEMACE, sob pena de corresponsabilidade.
32. A nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025) trouxe atualizações importantes que refletiram diretamente na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). A autoridade competente do órgão licenciador, em conluio com o empreendedor, concedeu a licença de instalação para um complexo industrial potencialmente poluidor em total desacordo com as normas ambientais vigentes, ignorando os pareceres técnicos desfavoráveis do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Com base nas atualizações da Lei nº 9.605/1998 (inclusive aquelas dadas pela Lei nº 15.190/2025) e nas normativas de licenciamento, assinale a afirmativa correta.
- A) A conduta do servidor público de conceder licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais sujeita-o à pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, não existindo mais a previsão legal para a modalidade culposa deste crime.
 - B) Elaborar ou apresentar estudo ambiental (como o EIA) total ou parcialmente falso é crime, mas, se o crime for culposo, o infrator estará isento de pena, resolvendo-se a lide por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).
 - C) A autoridade do órgão licenciador que concede licença em desacordo com as normas ambientais comete crime punível com reclusão de três a seis anos, sendo a pena dobrada caso o licenciamento dependa de EIA/RIMA.
 - D) A pessoa jurídica beneficiada pela licença ilegal não poderá ser responsabilizada penalmente, recaindo a punição exclusivamente sobre a pessoa física que concedeu a licença e do servidor público que facilitou o esquema.

33. Um empreendedor adquiriu uma gleba adjacente a uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral. Visando maximizar lucros, iniciou um loteamento urbano clandestino, invadindo uma porção da UC. Para limpar o terreno, provocou incêndio na vegetação local e utilizou motosserras sem licença e sem o devido registro. Um Fiscal de Controle Ambiental do município de Baturité atende à ocorrência em flagrante. Analisando as condutas sob o prisma da Lei de Parcelamento do Solo (Lei nº 6.766/79), do SNUC (Lei nº 9.985/00), da Lei de Crimes Ambientais e dos procedimentos e ética da fiscalização, é correto afirmar:
- A) O parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica é permitido mediante o pagamento de compensação ambiental estipulada pelo município, convertendo a infração penal em infração administrativa, conforme preconiza o Art. 3º da Lei nº 6.766/79.
 - B) Provocar incêndio intencionalmente em mata ou floresta configura crime punido com reclusão de dois a quatro anos e multa; além disso, comercializar ou utilizar motosserra em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro, constitui crime punível com detenção, de três meses a um ano, e multa.
 - C) A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral não afeta a dosimetria da pena, visto que o dano indireto a essas UCs já possui pena autônoma e severa de reclusão.
 - D) Diante do flagrante, o fiscal municipal possui a prerrogativa discricionária de aplicar apenas uma notificação orientativa, sendo-lhe facultado adiar o embargo cautelar da obra e a lavratura do auto de infração, sem que essa omissão configure infração ética ou funcional.
34. A operação conjunta 'Fórum Avium I' foi uma megaoperação deflagrada pelo IBAMA com apoio da SEMACE e do Batalhão de Polícia de Meio Ambiente (BPMA), realizada na Feira da Parangaba, em Fortaleza. A ação resultou na detenção de traficantes e no resgate de centenas de animais silvestres. Considerando a legislação ambiental vigente, em especial a Lei Complementar nº 140/2011 (atuação integrada) e os limites do poder de polícia na fiscalização ambiental, assinale a afirmativa correta sobre as competências institucionais demonstradas neste cenário:
- A) A operação conjunta anula a competência originária do IBAMA, de modo que os autos de infração lavrados durante a operação deverão ser encaminhados exclusivamente para julgamento no âmbito do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA).
 - B) A atuação integrada otimiza os recursos do Estado; contudo, a SEMACE exerce exclusivamente a polícia administrativa ambiental (podendo apreender espécimes e aplicar multas), cabendo às forças de segurança pública, como o BPMA ou a Polícia Federal, a condução coercitiva e a prisão em flagrante dos traficantes.
 - C) A gestão e o controle das multas pecuniárias federais aplicadas pelo IBAMA poderão ser transferidas à SEMACE, desde que haja um termo de cooperação prévio autorizando a conversão da arrecadação da União para os cofres estaduais.
 - D) O resgate e os cuidados veterinários dos espécimes devem ser delegados obrigatoriamente ao BPMA, uma vez que órgãos ambientais civis, como IBAMA e SEMACE, possuem apenas atribuições burocráticas de licenciamento, sendo vedada a manipulação física da fauna apreendida.
35. De acordo com o balanço oficial consolidado de fiscalização da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) referente ao exercício de 2024, publicado em <https://www.semace.ce.gov.br/2025/04/10/semace-aplica-mais-de-r-22-milhoes-em-multas-ambientais-em-2024/>, o órgão lavrou um total de 1.351 de autos de infração abrangendo diversas tipologias ambientais no Ceará. Assinale a alternativa que indica corretamente a infração administrativa que liderou, em volume absoluto de autuações, as estatísticas do Estado nesse período:
- A) Supressão de vegetação nativa (desmatamento) sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.
 - B) Instalação ou operação de atividades potencialmente poluidoras sem a obtenção da devida licença ou autorização ambiental.
 - C) Omissão ou descumprimento de prazos para a entrega do Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental (RAMA).
 - D) Uso não autorizado de fogo em áreas agropastoris durante o período de estiagem.

36. Após denúncia formal, o agente de fiscalização do município de Baturité flagra uma indústria despejando clandestinamente resíduos químicos perigosos em um terreno baldio. A área afetada fica nas margens de um reservatório artificial. De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com o arcabouço da Lei nº 9.605/1998, sobre as responsabilidades e sanções cabíveis para essa conduta, é correto afirmar:

- A) A sanção de interdição temporária de estabelecimento, como pena restritiva de direitos da pessoa jurídica, será aplicada unicamente quando a atividade estiver funcionando sem a devida autorização, mas não quando houver apenas violação de disposição legal por um estabelecimento regularizado.
- B) A multa diária por infração administrativa só pode ser estipulada mediante ordem judicial transitada em julgado, sendo vedado ao fiscal do órgão do SISNAMA aplicá-la diretamente no auto de infração.
- C) Quem abandona produtos ou substâncias tóxicas, perigosas ou nocivas à saúde humana ou ao meio ambiente, ou manipula resíduos perigosos em desacordo com a Lei, incorre em crime com pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa; se o crime for culposo, a pena será de detenção, de seis meses a um ano, e multa.
- D) A multa simples, quando aplicada, não poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente em casos de resíduos perigosos, devendo ser recolhida unicamente em pecúnia ao fundo estadual.

37. João, servidor público municipal, no exercício de suas atribuições, agiu de forma negligente e acabou causando um grave dano material ao veículo de um cidadão. O cidadão acionou a justiça e o município foi condenado a arcar com os prejuízos. Diante do ocorrido, João passou a responder a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e a uma ação penal. Após alguns meses, o servidor foi absolvido na ação penal por falta de provas.

Com base na responsabilidade funcional e ética no serviço público de Baturité, é correto afirmar que:

- A) João responderá diretamente perante o cidadão prejudicado, isentando a Fazenda Municipal de qualquer responsabilidade civil, visto que agiu com culpa.
- B) A absolvição criminal do servidor afastará automaticamente sua responsabilidade civil e administrativa, extinguindo a obrigação de ressarcir o erário.
- C) As sanções civis, penais e administrativas não poderão se acumular neste caso, devendo a punição administrativa ser suspensa até o trânsito em julgado da esfera civil.
- D) A Fazenda Pública Municipal poderá acionar João em ação regressiva para reaver o valor pago ao cidadão, e sua responsabilidade administrativa não será afastada pela absolvição penal.

38. Considerando a importância da transparência e da cooperação entre órgãos públicos na implementação de políticas ambientais, fortalecendo a governança ambiental no Estado do Ceará e combatendo crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural, o aparato de fiscalização e proteção ambiental do Estado do Ceará passou por uma modernização institucional em abril de 2025, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.537. A norma instituiu um novo colegiado focado na integração de forças, prevenção e repressão articulada de ilícitos. Assinale a alternativa que indica corretamente o nome deste colegiado e o órgão responsável por exercer a sua presidência:

- A) O Comitê Permanente de Combate aos Crimes Ambientais (CPCCA), presidido pela Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (Sema).
- B) O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), órgão colegiado máximo presidido pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).
- C) O Batalhão de Polícia de Meio Ambiente (BPMA), força ostensiva vinculada operacionalmente e subordinada diretamente à Procuradoria-Geral do Estado (PGE).
- D) A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), coordenada pela Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB-CE).

39. A responsabilidade funcional na atividade fiscalizatória exige que o agente atue em estrita observância aos cinco princípios fundamentais expressos no *caput* do Artigo 37 da Constituição Federal/1988. Esses princípios balizam o controle da atuação do servidor e determinam os limites éticos e legais do poder de polícia. Assinale a alternativa que apresenta um caso prático em que o agente fiscalizador exerceu sua atividade de controle alinhada a todos esses cinco princípios da administração pública expressos simultaneamente em:

- A) Um inspetor de posturas identifica uma grave infração sanitária em um grande restaurante e, pautando-se por critérios puramente técnicos, lavra prontamente a autuação com base nos estritos ditames da norma; além disso, para proteger a economia local e evitar demissões massivas, decreta o sigilo processual, limitando o acesso aos autos exclusivamente aos proprietários do estabelecimento.
- B) Um auditor fiscal realiza uma inspeção de rotina pautando-se pelas normas de procedimento do órgão, conclui a análise de forma célere e com o devido zelo técnico, aplica as sanções cabíveis sem favorecer ou perseguir a empresa fiscalizada, atua com rigorosa probidade e encaminha o auto de infração para a devida publicação oficial.
- C) Um agente ambiental elabora seu relatório com total clareza processual e celeridade, amparando-se em laudos técnicos estritamente objetivos; outrossim, movido pelo dever de promover a justiça climática e reparar o dano difuso, arbitra o valor da multa em patamar superior ao teto estipulado na legislação, encaminhando a decisão para imediata publicação oficial.
- D) Um fiscal ambiental, argumentando a necessidade de otimizar o tempo e cumprir sua meta mensal, decide direcionar suas vistorias exclusivamente aos estabelecimentos situados no seu trajeto diário de volta para casa, aplicando multas rigorosamente embasadas na legislação.

40. Em maio de 2025, um jornal de grande relevância de Fortaleza destacou em manchete: *“Com R\$ 1,1 milhão, multas ambientais em Guaramiranga em 2025 já superam triplo do valor de 2024”*, expondo a intensa fiscalização contra a pressão imobiliária na APA da Serra de Baturité. A reportagem revelou que a cifra milionária foi impulsionada por uma autuação com multa de R\$1.000.000,00 aplicada pela SEMACE a uma empresa por *“construir obra utilizadora de recursos ambientais, considerada efetiva ou potencialmente poluidora, em desacordo com a licença obtida”*.

À luz dos normativos de licenciamento ambiental, de gestão das Unidades de Conservação e dos atributos do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa que apresenta o correto enquadramento técnico-legal da situação descrita:

- A) Como a APA da Serra de Baturité pertence à categoria de Uso Sustentável e admite o domínio privado da terra, as desconformidades no projeto construtivo configuram mera irregularidade civil contratual, sendo vedada a aplicação de sanção pecuniária administrativa sumária sem prévia autorização judicial.
- B) A execução de obra em desconformidade com os termos autorizados caracteriza descumprimento de limites técnicos e condicionantes, o que rompe a presunção de regularidade do ato administrativo e legitima a imediata atuação sancionatória e acautelatória do órgão estadual (multa e embargo), visto que a licença ambiental é um ato dotado de condições resolutórias que vinculam estritamente o empreendedor.
- C) Para salvaguardar a segurança jurídica e atrair investimentos ao Maciço de Baturité, a legislação ambiental cearense prevê que obras executadas em desacordo com a licença original sejam regularizadas retroativamente por meio de Licença por Adesão e Compromisso (LAC), hipótese que extingue a punibilidade da multa.
- D) O princípio da consunção determina que, pelo fato de o empreendedor já possuir uma licença prévia ativa emitida pelo Estado, qualquer desvio na execução física do projeto transmuta a infração ambiental em mero ilícito urbanístico local, transferindo a competência sancionatória integral e exclusiva para o Município de Guaramiranga.

41. O poder de polícia administrativa ambiental advém do dever constitucional previsto no caput do Art. 225, que diz: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Assim como em outras previsões constitucionais. Assinale a alternativa que corresponde a outra previsão constitucional que fundamenta o poder de polícia administrativa ambiental.
- A) A responsabilidade ambiental civil, administrativa e penal por condutas lesivas ao meio ambiente.
 - B) A proteção do meio ambiente por meio da instauração de inquérito civil e de ação civil pública.
 - C) O fundamento da ordem econômica na valorização do trabalho humano, incluindo o meio de trabalho.
 - D) O relacionamento dos bens da União Federal, que tem o dever de protegê-los como bens ambientais.
42. Sobre as infrações e sanções administrativas ambientais, marque a alternativa correta.
- A) As sanções administrativas ambientais, diferentemente das sanções penais, não devem ter gradação em relação à gravidade do fato.
 - B) As sanções administrativas ambientais devem ser aplicadas no mesmo processo de licenciamento ambiental, para garantia do direito da ampla defesa.
 - C) Considera-se infração administrativa ambiental apenas as ações que violem as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
 - D) Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
43. Conhecendo que o auto de infração ambiental é um ato administrativo, assinale a opção que contém os requisitos necessários para sua validade, de acordo com a visão moderna.
- A) A identificação do autor da infração; o motivo pelo qual o auto de infração ambiental é realizado, indicando especificamente as previsões legais do ato infracional; a perfeição do auto de infração, cumprindo todo o ciclo administrativo para sua existência; a finalidade que se pretende alcançar; a causa/competência que justifique a atuação do órgão, em especial ser o agente responsável pela atuação investido em cargo público para o exercício de poder de polícia.
 - B) A eficácia na produção de efeitos; o motivo pelo qual o auto de infração ambiental é realizado, indicando especificamente as previsões legais do ato infracional; os requisitos procedimentais e formalização de acordo com a legislação do órgão ambiental autuante; a finalidade que se pretende alcançar; a causa/competência que justifique a atuação do órgão, em especial ser o agente responsável pela atuação investido em cargo público para o exercício de poder de polícia.
 - C) A identificação do autor da infração; o motivo pelo qual o auto de infração ambiental é realizado, indicando especificamente as previsões legais do ato infracional; os requisitos procedimentais e formalização de acordo com a legislação do órgão ambiental autuante; a finalidade que se pretende alcançar; a causa/competência que justifique a atuação do órgão, em especial ser o agente responsável pela atuação investido em cargo público para o exercício de poder de polícia.
 - D) A eficácia na produção de efeitos; o motivo pelo qual o auto de infração ambiental é realizado, indicando especificamente as previsões legais do ato infracional; os requisitos procedimentais e formalização de acordo com a legislação do órgão ambiental autuante; a finalidade que se pretende alcançar; a causa/competência que justifique a atuação do órgão, em especial ser o agente responsável pela atuação devidamente terceirizado pela Administração Pública para a realização dessa prática.

44. A Lei da Vida, como ficou conhecida a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que instituiu as sanções penais aos crimes ambientais nela previstos, adotou a teoria do direito penal do inimigo ao tipificar condutas criminais de perigo abstrato. Isso quer dizer que:
- A) A Lei da Vida atendeu às pretensões sociais de proteção ambiental, pois os bens ambientais que podem ser lesados estão cada vez mais abstratos.
 - B) A Lei da Vida inovou em suas disposições, pois tipificar uma conduta como crime de perigo abstrato objetiva a proteção de todo o Planeta Terra.
 - C) O acontecimento da conduta criminal tipificada na Lei da Vida independe do dano real ao bem ambiental protegido ou à ação administrativa objetivada.
 - D) O crime de perigo abstrato foi escolhido por ser um tipo ideal para o Brasil, facilitando sua caracterização, considerando os diferentes biomas existentes.
45. A Lei Municipal nº 1.955, de 08 de fevereiro de 2021 que criou a Autarquia de Meio Ambiente do Município de Baturité – AMAB ao instituir sua estrutura administrativa fez distinção entre as coordenações com serviço de controle ambiental e de fiscalização ambiental. Isto quer dizer que:
- A) sendo distintos os serviços das coordenações, uma coordenação não poderá atribuir a sua função ao servidor lotado na outra coordenação, sob pena de atribuição indevida de tarefas, o que poderá prejudicar a atuação da AMAB na fiscalização em conjunto com outros órgãos.
 - B) a atribuição de tarefas das coordenações aos servidores públicos municipais deve ser de acordo com o cargo do servidor, que deverá, se assim forem suas funções, atuar concomitantemente no controle ambiental e na fiscalização ambiental, sem prejudicar a atuação da AMAB em conjunto com outros órgãos.
 - C) um único cargo público não poderia ter atribuições para duas coordenações distintas de um órgão específico da área de proteção ambiental, pois, no caso, prejudicaria a atuação da AMAB em conjunto com outros órgãos.
 - D) mesmo sendo funções do cargo de fiscal de controle ambiental os serviços de ambas as coordenações, não será ético que o mesmo servidor atue na fiscalização, lavrando um auto de infração, e no licenciamento ambiental da atividade autuada, pois isso poderia prejudicar a atuação da AMAB em conjunto com outros órgãos.
46. Há disputa doutrinária para a identificação da autonomia ou não do Direito Ambiental frente ao Direito Urbanístico. É fato a concentração das pessoas vivendo em cidades de forma predominante no Brasil, o que fez a legislação urbanística incluir aspectos de sustentabilidade e de proteção ambiental, próprios do objeto de estudo do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Sobre a legislação urbanística aplicada à fiscalização ambiental, assinale a alternativa correta.
- A) Existem previsões legais de integração de competências e parâmetros urbanísticos que devem ser observados na fiscalização ambiental, como por exemplo o conceito de consolidação urbana e os requisitos para o loteamento urbanístico.
 - B) A fiscalização ambiental deve entender o meio ambiente como um complexo integrado por vários elementos e considerá-los na causa da proteção ambiental, desta forma deverá incluir os aspectos de controle urbano na sua atuação.
 - C) O controle urbano não deve ser considerado nas atividades de fiscalização ambiental, pois é específico da atuação de alguns órgãos como os de vigilância sanitária e Corpo Militar de Bombeiros.
 - D) Deve haver previsão legal integrativa de competências e parâmetros para que a legislação urbanística seja aplicada à fiscalização ambiental, o que no momento ainda não há previsão na legislação pátria.

47. O processo administrativo ambiental é um procedimento legal específico para o processamento de fatos relacionados à proteção do meio ambiente, que tem previsões legais também específicas, como é o caso do Decreto Federal nº 6.514/2008, que estabelece o processo administrativo federal e para órgãos integrantes do SISNAMA, visando a apuração das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Em que pese a especificidade do processo administrativo ambiental, a Administração Pública – órgãos ambientais – deve atender ao regramento geral do processo administrativo, pelo qual é devido a obediência aos princípios da:

- A) Ampla defesa e contraditório, apenas.
- B) Eficiência e interesse público, exclusivamente.
- C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, restritamente.
- D) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, eficiência, dentre outros.

48. O licenciamento no âmbito municipal depende:

- A) das finanças públicas com previsão de receita na cobrança de taxas de licenciamento ambiental, bem como previsão das despesas com a fiscalização e o controle ambiental, que viabilize a vistoria técnica in loco.
- B) da existência de: legislação ambiental municipal que o regulamente, de órgão ambiental competente, pertencente ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e de Conselho de Defesa Ambiental Municipal.
- C) da autorização do estado-membro ao qual pertença ou da União Federal, considerando que o Município não tem competência legislativa concorrente para as matérias de proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- D) da deliberação do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que por Resolução sobre licenciamento ambiental, a exemplo da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

49. Leia o seguinte dispositivo da Lei Federal nº 9.605/1998:

“Art. 29: Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa. [...]

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado: [...]

V - em unidade de conservação; [...]”

A apuração e processamento de crime previsto no Art. 29, §4º, V dentro do perímetro do Município de Baturité implica em:

- A) Investigar se o local em que aconteceu o crime corresponde à área delimitada para a unidade de conservação, no caso, a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité.
- B) Aplicar a previsão do inciso V, §4º do Art. 29 considerando que a unidade de conservação Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité já é nomeada pelo Município de Baturité.
- C) Não investigar o local onde aconteceu o crime, pois a unidade de conservação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité é estadual e a lei de crimes ambientais é de âmbito federal.
- D) Não aplicar a previsão do inciso V, §4º do Art. 29 considerando que a unidade de conservação Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité abrange vários municípios que estão acima da cota de 600m.

- 50.** A Autarquia de Meio Ambiente do Município de Baturité – AMAB foi criada como órgão pertencente ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, pela Lei Municipal nº 1.955, de 08 de fevereiro de 2021. Sobre sua atuação junto aos demais órgãos do SISNAMA, marque a alternativa correta.
- A) A atuação da AMAB é como órgão local, no município de Baturité, e como tal é subordinada à Secretaria de Meio Ambiente do estado do Ceará, pois não é autônoma.
 - B) A atuação da AMAB é como órgão regional, no perímetro do Maciço de Baturité, e como tal é autônoma por ser uma autarquia pública.
 - C) A atuação da AMAB é como órgão local, no município de Baturité, e como tal é coordenada pelas competências federativas organizadas pelo SISNAMA.
 - D) A atuação da AMAB é como órgão regional, no perímetro do Maciço de Baturité, e como tal é subordinada ao Conselho Gestor da APA da Serra de Baturité.